CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Fernando Frazão/Agência Brasil

Edifício-sede do ONS, que recomenda horário de verão

ONS não descarta retorno do horário de verão

O sistema elétrico brasileiro deve apresentar problemas para o suprimento da demanda de potência de energia elétrica nos horários de pico, especialmente no fim do dia, nos próximos cinco anos, caso não realize leilões de potência de energia. A informação é do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Segundo o ONS, haverá necessidade de despacho de usinas térmicas flexíveis para atender a demanda no horário de pico, com a adoção de medidas alternativas. Entre elas, a possibilidade de retorno do horário de verão, suspenso no governo do ex-presidente Bolsonaro.

Em 2024, estimava-se economia de R$ 400 milhões entre outubro e fevereiro, e diminuição até 2,9% da demanda máxima de energia.

Projeções

A adoção do horário de verão, no entanto, dependerá das projeções de atendimento dos próximos meses. O documento aponta que a geração de energia no país cresceu, puxada principalmente pelas fontes de energia intermitentes, como a eólica, solar e a MMGD.

Perfil

Para o operador, a mudança no perfil da matriz elétrica, com a crescente participação das fontes renováveis no atendimento ao SIN, trouxe novos desafios para a operação e tem exigido maior flexibilidade na operação, especialmente das usinas das hidrelétricas.

Divulgação

Evento do ano passado reuniu diversas personalidades

Pacto das Pretas pela primeira vez no Rio

O Coletivo Pacto das Pretas vai promover um festival no dia 21 de julho, das 8h às 18h, no Teatro Nelson Rodrigues (Av. República do Paraguai, 300 – Centro, RJ).

Com o tema "Mulheres negras na economia: oportunidades e desafios para a equidade no mercado", o evento reunirá lideranças, especialistas e personalidades para debater desafios e caminhos para a inclusão das mulheres negras no mercado de trabalho e espaços de decisão.

A programação conta com aula magna e homenagem à deputada Benedita da Silva, recepção da atriz e embaixadora Isabel Fillardis, painéis temáticos, entre outros.

Empreendedoras

No festival ocorrerá ainda uma feira de empreendedoras negras e contará com apresentações culturais como Lilia Valeska e Matriarcas do Samba. O Pacto das Pretas é uma iniciativa idealizada pela Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial.

Mercado

A organização, que não tem fins lucrativos, surgiu com o compromisso de potencializar a disseminação das premissas da Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial, visando combater e evidenciar os desafios enfrentados pela mulher negra no mercado.

Associação

O coletivo Pacto das Pretas é composto por mulheres negras que são associadas e conselheiras da Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial, que participam de outras articulações de mulheres e/ou protagonizam ações de maneira autônoma.

Participantes

Atualmente, o coletivo conta com 20 participantes atuam profissionalmente nos segmentos de economia, ESG, cultura, mercado financeiro, educação, dentre outros setores, nas posições de especialistas, analistas e lideranças nos cargos de gerência e/ou executivas.

Verba destinada a crianças não chega a 2,5% do PIB

Estudo analisa verbas federais destinadas a áreas fundamentais

Por Martha Imenes

Fernando Frazão/Agência Brasil

Brasil tem 48,7 milhões de crianças e adolescentes, que representam 24% da população

Os recursos federais destinados a ações que impactam a infância e a adolescência embora tenham apresentado alta entre 2019 e 2024 – passando de R$ 96 bilhões para R$ 240 bilhões –, não tiveram impacto significativo no Gasto Social com Crianças e Adolescente. O percentual não chega a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o Censo de 2022, o Brasil tem cerca de 48,7 milhões de crianças e adolescentes, que representam 24% da população total.

Segundo a técnica de Planejamento de Pesquisa do Ipea, Enid Rocha Andrade da Silva, o volume de recursos, dividido pelo número de crianças e adolescentes também não é favorável. Em 2024, representa em média R$ 5 mil por criança ao ano, ou seja, R$ 420 por mês.

"Um plano de saúde infantil privado custa em média R$ 400 por mês. O gasto médio anual de material escolar em 2025, no ensino fundamental, é de R$ 400 a R$ 800. Esses R$ 400 por mês não cobrem com qualidade as outras despesas necessárias para o desenvolvimento do ensino infantil. Isso mostra que o montante ainda é limitado diante das múltiplas dimensões que o cuidado e a proteção da infância exigem", diz.

Os dados, divulgados nesta quarta-feira (9), fazem parte de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A pesquisa analisou os recursos federais destinados a áreas fundamentais para a infância e a adolescência, como combate à pobreza, assistência social, educação, esporte, habitação, saúde, saneamento, segurança alimentar e proteção de direitos. Há investimentos específicos para a população infantojuvenil, como o custeio da educação e ações de proteção à infância e à adolescência, mas também os ampliados, como saneamento e habitação e transferência de renda. Os valores foram ponderados para estimar o destinado a crianças.

Bolsa Família saltou para R$ 159 bi

A maior parte do valor foi alocado em políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que teve aumento expressivo de 2021 a 2023, quando a quantia total paga saltou de R$ 54 bilhões para R$ 159 bilhões. As famílias inscritas no programa abrigam 32,4 milhões de crianças e adolescentes. Outro programa foi o do auxílio emergencial distribuído às pessoas afetadas pela pandemia de Covid-19.

Assim como as políticas de alívio à pobreza, a maior parte das ações investigadas teve caráter ampliado, e a proporção de ações específicas variou de 15% a 30% do total. Um ponto fora da curva é a educação, área que se tornou a segunda maior em investimentos, ultrapassando a saúde, e alocou até 84,9% dos recursos em ações específicas.

Em quase todos os anos, a taxa de execução orçamentária, ou seja, a proporção que o governo efetivamente gastou dos recursos destinados, manteve-se acima de 90%, à exceção de 2020, quando caiu para 83,4%, no contexto da pandemia. O ápice foi atingido em 2023: 99,5%, mas, no ano passado, houve queda e ficou em 93,2%.

"Os dados são fundamentais para que, mesmo em momentos de crise financeira e restrição fiscal, as políticas sociais sejam devidamente priorizadas. Investir nas crianças e adolescentes é a melhor aposta que o país pode fazer agora e para o futuro", afirma a chefe de Políticas Sociais do Unicef no Brasil, Liliana Chopitea. Enid Rocha também ressalva que medidas de contenção de gastos e o cumprimento do arcabouço fiscal impõem desafios adicionais: "É preciso alertar para a necessidade de que os esforços de ajuste fiscal sejam compatíveis com a proteção dos investimentos sociais", diz.

60% dos itens acima do teto da meta

Lula Marques/Agência Brasil

Galípolo, do BC: inflação está bastante disseminada

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou nesta quarta-feira (9) que a inflação oficial do Brasil está bastante disseminada e que quase 60% dos itens que compõem o índice estão acima do teto da meta perseguida pela instituição, segundo informações da Folhapress.

"A inflação está bastante disseminada. Aproximadamente 45% dos índices que compõem a inflação estão (em nível) superior ao dobro da meta. Vou ter aproximadamente 58%, quase 60%, superior ao teto da meta. Temos que acompanhar a meta, a meta é 3%", afirmou.

As declarações foram dadas em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O Banco Central busca atingir a meta central de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que o objetivo é considerado cumprido se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

Nesta quinta-feira (9), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo a junho, quando a inflação oficial do Brasil deve descumprir oficialmente a meta contínua pela primeira vez.

Nas cinco primeiras divulgações de 2025, o IPCA ficou acima de 4,5% no acumulado em 12 meses. A alta dos preços foi de 5,32% até maio. No novo sistema, o alvo é considerado descumprido quando a inflação acumulada em 12 meses permanece por seis meses consecutivos de divulgação fora do intervalo de tolerância.

Aos parlamentares, Galípolo enfatizou que a autoridade monetária busca atingir o alvo central de 3% e que ele, como presidente do BC, não tem poder de interpretar ou de flexibilizar "qualquer tipo de comando legal".

"Meta não é uma sugestão à autoridade monetária, decorre de um decreto. A meta é 3%, não posso perseguir a meta de maneira leniente. A banda da meta foi criada para absorver choques", reforçou.

No DF, o campo moveu R$ 5,8 bi

O Distrito Federal movimentou mais de R$ 5,8 bilhões de valor bruto da produção agrícola (VBP) no ano passado, em uma área produtiva de 204 mil hectares. Os dados estão presentes no relatório anual da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF). O resultado foi puxado pela alta de três setores: fruticultura, floricultura e pecuária - que, sozinha, arrecadou R$ 2,19 bilhões.

Os números representam a soma de seis cadeias produtivas do agro brasiliense: olericultura, grandes culturas, fruticultura, floricultura, silvicultura e pecuária. Segundo o presidente da Emater-DF, Cleison Duval, os indicadores apontam que o DF se mantém como referência nacional em agropecuária, graças ao incentivo à diversificação das culturas e implantação de tecnologias, além do suporte técnico oferecido a todos os produtores rurais do Quadradinho.

"O DF continua sendo um expoente da agropecuária nacional, e estamos avançando também na agroindustrialização da produção", enfatiza Duval. "Esse trabalho tem sido apoiado pelo governador Ibaneis Rocha, com a criação de grupos institucionais em prol de cadeias produtivas. Fizemos isso com a Rota da Uva e do Vinho; agora estamos trabalhando com a Rota do Queijo, valorizando a cadeia do queijo artesanal do DF, e vamos continuar avançando."

Em alta

De todos os setores, a floricultura teve a maior alta registrada, com aumento de 29,39% no valor bruto de produção. Em 2024, o comércio de flores, plantas ornamentais e arranjos arrecadou mais de R$ 265 milhões - com destaque para as forrações, palmeiras e plantas de vaso em geral -, enquanto, em 2023, o resultado foi de R$ 205 milhões.